

INFORMATIVO TRIMESTRAL 2º TRIMESTRE DE 2002

Este informativo trimestral, emitido pela área de Relações com Investidores, tem como objetivo manter os acionistas, investidores, analistas de mercado e a comunidade financeira em geral, informada sobre o resultado econômico financeiro da Eletropaulo. Conforme mencionado em trimestres anteriores, este relatório passou a ser um dos veículos de comunicação da empresa junto ao Mercado, mantendo a política de transparência de seus resultados e estratégias.

Caso necessitem de informações adicionais às contidas neste relatório, favor entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores através do e-mail marketrelations@eletropaulo.com.br ou pelo telefone 55.11.5501-7685 com Andrea Fernandes ou Geraldo Colonhezi.

Silvia Pannuti
Superintendente de Relações com Investidores

Andrea C. Ruschmann
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

O ACORDO GERAL DO SETOR

O ano de 2001 foi um ano de grandes desafios para o setor elétrico brasileiro, devido principalmente ao programa de racionamento de energia implementado pelo governo por intermédio da Medida Provisória 2148-1 de 22/05/2001 e ao extenso processo de negociação que seguiu o estabelecimento do racionamento e envolveu os agentes do setor e o governo. Esse processo teve um resultado positivo, à medida que as empresas obtiveram compensação pelas perdas relacionadas ao racionamento de energia e importantes pendências no campo regulatório foram resolvidas.

A principal causa do racionamento foi a combinação de um regime de chuvas desfavorável com um nível de investimentos em geração insuficiente para atender o crescimento da demanda. A ausência de níveis adequados de investimento em capacidade adicional de geração de energia elétrica no Brasil esta relacionada à ausência de regras claras e pendências regulatórias relacionadas, entre outros, ao repasse inadequado dos custos não gerenciáveis.

A fim de corrigir as disfuncionalidades do setor elétrico e garantir o funcionamento do Mercado, a continuidade dos investimentos, o fim da crise de energia e as condições para evitar a repetição do problema, o governo promoveu o Acordo Geral do Setor, o qual está refletido através da Medida Provisória nº14, a qual foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em 29/04/2002, tornando-se Lei 10.438.

A Medida Provisória nº14 estabeleceu, entre outros, o mecanismo para a compensação das perdas com o racionamento através de reajuste tarifário extraordinário vigente desde 27/12/2001, o qual para a Eletropaulo representou um aumento médio de 5,6% (2,9% residencial, 7,9% outros). Obedecendo ao regime de competência e às determinações da Resolução 72 da ANEEL, de 07 de fevereiro de 2002, as empresas contabilizaram durante o período do racionamento uma receita a título da recomposição tarifária extraordinária. A Resolução 72 estabelece em detalhes o método de contabilização das medidas estabelecidas na MP 14, após tratativas com a CVM – Comissão de Valores Mobiliários e demais entidades de classe que atuam na normatização de procedimentos contábeis.

A recuperação das perdas relativas ao racionamento de energia elétrica foi calculada a partir da diferença entre a receita efetiva no período do racionamento e a receita estimada caso não houvesse racionamento. A metodologia utilizada para determinar essa receita foi a seguinte: consumo de energia elétrica esperado para 2001 (baseado no consumo em 2000, taxa de crescimento de mercado definida a partir da taxa de crescimento do PIB em 2001 e elasticidade do consumo de energia elétrica em relação ao PIB), multiplicado por uma tarifa média.

Conforme Resolução 31 da Aneel de 24/01/2002, as distribuidoras que tiveram o direito à recomposição extraordinária tarifária deverão pagar às geradoras, durante o período de vigência de racionamento, os valores dos contratos iniciais e equivalentes com redução. O fator de redução é obtido através da relação: consumo esperado do Brasil para as empresas que estiverem sob racionamento de energia em 2001 dividido pela somatória dos contratos iniciais e equivalentes das distribuidoras das mesmas.

O cálculo preliminar disponibilizado pela Aneel sinalizava um fator de redução de 2,341%. Desta forma, tais empresas solicitaram a Aneel a homologação do resultado de sua recomposição tarifária extraordinária, porém até a data de publicação deste relatório(09/08/2002), tal homologação ainda não foi concluída.

Entretanto, um trabalho realizado pela Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) apontou que o fator de redução para o cálculo da recomposição tarifária extraordinária das empresas não seria de 2,341% e sim de 6,64%, sendo, portanto tais valores sujeitos a ajustes. O resultado de tais ajustes está explicado, no caso da Eletropaulo no item “Análise do Trimestre” deste relatório.

Tal efeito na alteração do fator de redução também ocasionou um ajuste nos pagamentos dos contratos iniciais. As distribuidoras pagarão aproximadamente 93,4% dos contratos iniciais referente ao período de vigência do

acionamento a fim de garantir às geradoras a recuperação de suas receitas contratuais, ao invés de 97,6 % definido anteriormente pela Aneel.

Como parte do Acordo Geral do Setor e também regulamentado pela MP 14, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES fará um adiantamento de recursos equivalente a 90% das perdas do racionamento, o qual será amortizado conforme a realização do aumento tarifário, concedido para esse fim. A primeira parcela do referido adiantamento, no valor de R\$ 278.334 mil, foi desembolsada em fevereiro de 2002. O restante dos recursos referente às perdas do racionamento de 2001 está previsto para agosto de 2002 e os recursos para compensação das perdas do racionamento de 2002 esta previsto para setembro de 2002.

O Acordo Geral do Setor inclui ainda a solução definitiva para uma antiga pendência regulatória relativa à Parcela A (item da fórmula utilizada para o reajuste tarifário que garante o repasse dos custos não-gerenciáveis). A Portaria Interministerial nº 296, de 25 de Outubro de 2001, cria a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA), a fim de compensar as variações mensais dos custos não-gerenciáveis ocorridas entre reajustes tarifários, incluindo encargos financeiros, assegurando, desta forma, um direito estabelecido no Contrato de Concessão. Os principais custos incluídos na CVA são: compra de energia de Itaipu (incluindo as variações cambiais entre o dólar americano e o real), Cota Consumo Combustível (CCC), Encargos de Serviços de Sistema (ESS) e Taxa de Fiscalização da ANEEL (TFSSE).

A receita da recuperação da Parcela A do período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001 será auferida através da extensão do prazo do aumento tarifário extraordinário vigente a partir de 27/12/2001 de acordo com a Resolução Nº123 da Câmara de Gestão da Crise de 15/03/2002. A Eletropaulo receberá também um adiantamento equivalente a 90% desses do BNDES. A data do desembolso está estimada para agosto de 2002.

Eventos Subseqüentes

No dia 4 de julho de 2002, as tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores finais foi reajustado em 14,24% (Resolução Aneel nº 374 de 03/07/02). Este reajuste inclui a compensação da parcela realizada da variação dos custos da Parcela A referente ao período de 26/10/01 a 31/05/2002.

No dia 27 de julho de 2002, a empresa anunciou o Fato Relevante sobre o processo de refinanciamento do seu endividamento, conforme abaixo :

A Eletropaulo Metropolitana – Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”), diante das incertezas regulatórias causadas principalmente pelo racionamento de energia vigente até Fevereiro/2002, aliado a instabilidade e volatilidade nos mercados financeiro nacional e internacional, se viu obrigada a buscar alternativas de refinanciamento junto aos seus credores atuais cujos créditos com a Companhia têm vencimento programado para o 2º semestre de 2002. Tal processo vem sendo desenvolvido pela Companhia em conjunto com assessor financeiro contratado especificamente para este fim, e encontra-se em andamento.

A principal solicitação feita aos credores no referido processo de refinanciamento refere-se a necessidade de extensão de prazos, visando compatibilizar os vencimentos com a geração de caixa da empresa, de modo a evitar futuras concentrações de amortizações e dependência de mercados, que se encontram extremamente voláteis e incertos no momento. Favor incluir aq A Companhia enfatiza que as propostas em curso supõem que a Companhia honre em 100% suas obrigações.

É intenção da Companhia, quando existir fato concreto relativo a tal refinanciamento, proceder a sua imediata divulgação junto ao mercado através de fato relevante, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002.

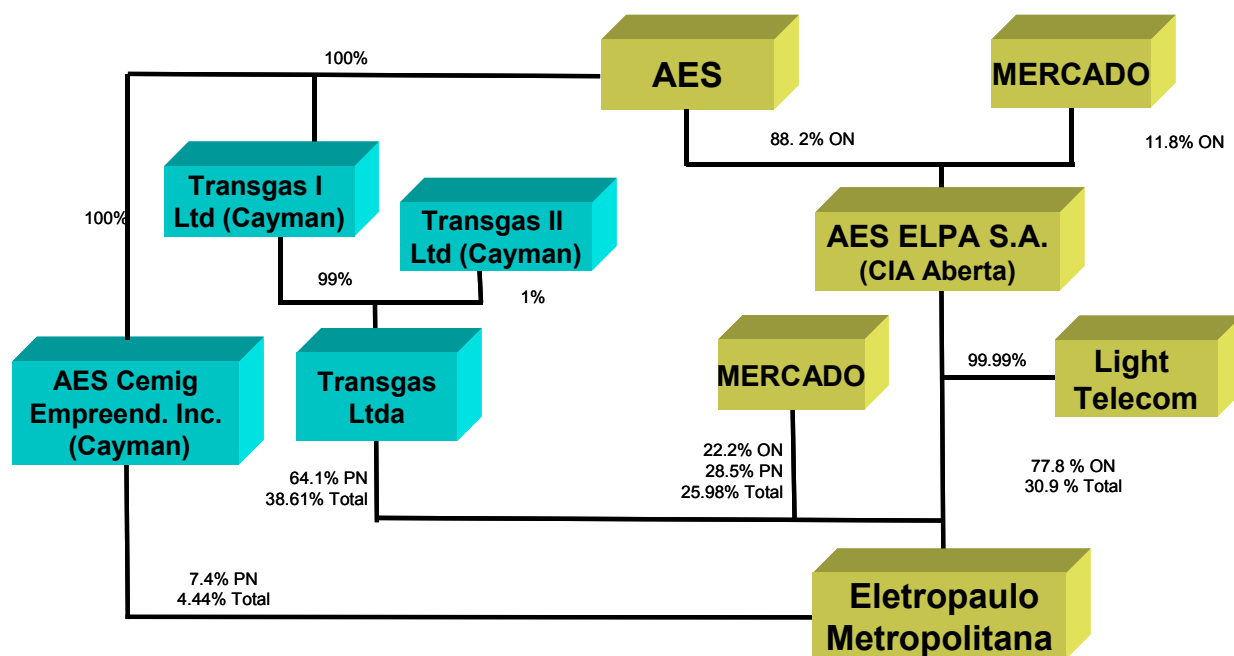
CONTROLE ACIONÁRIO

Em 6 de fevereiro de 2002 foi concluído o processo de reestruturação societária iniciado em 2000, com a venda das participações da Reliant, CSN e compra do bloco do BNDES. A Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light”) e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”) comunicaram ao mercado que, após a efetivação da redução do capital social da Light, (a) EDF International S.A. e sua controlada, LIDIL Comercial Ltda.. (“EDF”) transferiram para (b) The AES Corporation e suas controladas, AES Coral Reef LLC, AES Treasure Cove Ltd. e AES Cemig Empreendimentos INC. (“AES”), 9.022.443.573 ações representativas do capital social da AES ELPA S.A. (atual denominação e tipo jurídico da LightGás Ltda.) (“AES ELPA”) que foram recebidas da Light em razão da redução de seu capital social. Em contraprestação, AES transferiu 3.351.004.792 ações ordinárias da Light de sua propriedade, à EDF.

A referida permuta de ações consolidou a última etapa do processo de reestruturação das participações societárias detidas pelos Grupos EDF e AES no capital social da Light, da AES ELPA e, indiretamente, da Eletropaulo. Como consequência dessa reestruturação, conforme divulgado nos Fatos Relevantes de 6 e 23 de julho de 2001, a AES assumiu isoladamente o controle societário da AES ELPA com 88,21% das ações votantes e, indiretamente, da Eletropaulo, bem como da AES Communications Rio de Janeiro Ltda. (ex-Light Telecom Ltda); e a EDF assumiu isoladamente o controle societário da Light com 88,21% das ações votantes.

A reestruturação societária foi devidamente aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio dos Ofícios nºs 448, de 29.10.2001, 535 e 536, ambos de 10.12.2001, e pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, por meio do Ofício nº 607, de 13.12.2001.

CONTROLE ACIONÁRIO EM 30/06/2002



Controle Acionário da AES

68,6% ações ordinárias
71,5% ações preferenciais
70,3% capital total

MERCADO

A Eletropaulo atende 24 municípios do Estado de São Paulo, incluindo a Capital, localizados na região mais desenvolvida do território nacional. Sua área de concessão representa apenas 0,05% do território nacional, entretanto apresenta a maior concentração de habitantes por quilômetros quadrados (3.247,9 hab/Km²), compreendendo uma população de 15,2 milhões (69% dos habitantes da cidade de São Paulo) em uma área equivalente a 4.526Km². O consumo por quilômetro quadrado de 1.840 MWh¹ registrado no segundo trimestre de 2002 na área servida pela Eletropaulo é significativamente superior ao apresentado por outras empresas de distribuição de energia.

Atualmente a empresa atende 4,7 milhões de consumidores, o que corresponde a um consumo aproximado de 8.339GWh acumulado de abril a junho de 2002 (mercado firme). O consumo por cliente no 2º trimestre de 2002 foi de aproximadamente 1.671kWh¹.

	2Tri01	1Tri02	2Tri02	Total %	2Tri01x2Tri02	1Tri02x2Tri02
Consumo - GWh						
Residencial	2.959	2.307	2.610	31,3%	-11,8%	13,1%
Industrial	2.834	2.521	2.692	32,3%	-5,0%	6,8%
Comercial	2.406	2.052	2.220	26,6%	-7,7%	8,2%
Outros + Consumo Próprio	893	787	817	9,8%	-8,5%	3,8%
Total c/ Consumo Próprio	9.092	7.667	8.339	100%	-8,3%	8,8%
Faturamento- R\$ Mil						
Residencial	467.242	480.104	556.327	39%	19,1%	15,9%
Industrial	291.266	311.282	336.542	24%	15,5%	8,1%
Comercial	357.027	387.014	412.476	29%	15,5%	6,6%
Outros	92.218	97.936	109.450	8%	18,7%	11,8%
Total	1.207.753	1.276.336	1.414.795	100%	17,1%	10,8%

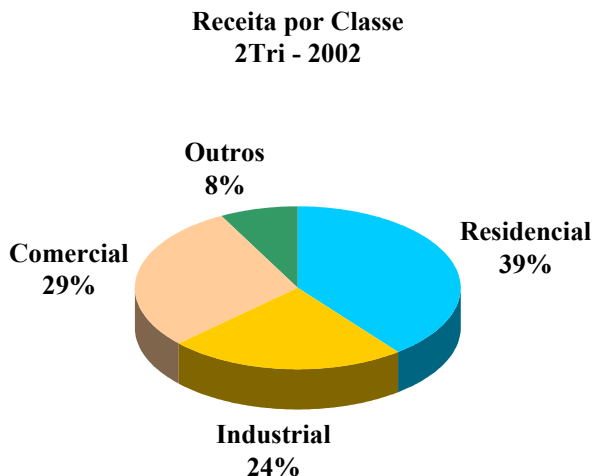
O consumo na área de concessão da Eletropaulo durante o 2º trimestre de 2002 apresentou uma melhora, consequência do fim do racionamento a partir de 1º de março de 2002. Entretanto, quando comparado o consumo do 2º trimestre de 2002 com o mesmo período do ano anterior, verifica-se uma redução, fato este explicado por três motivos:

- Antecipação de produção industrial (meses de abril e maio de 2001) devido à ameaça do racionamento;
- Atual cenário econômico desfavorável (indústrias reduzindo produção);
- Mudança de hábitos dos consumidores em geral após o racionamento.

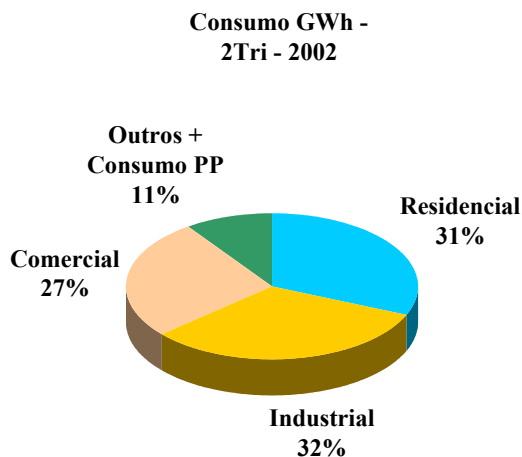
A **classe residencial**, que representava 32,5% em média do consumo total em MWh durante o 2º trimestre de 2001, representou 31% do consumo total em MWh no 2º trimestre de 2002. Esta redução na participação total do consumo é reflexo da mudança de hábitos da população, após o racionamento implementado pelo Governo (junho/2001 a fevereiro/2002). Em relação ao trimestre anterior, nota-se um aumento de 13,1%, acima do crescimento do consumo total de 8,8%, mostrando um crescimento mensal constante que em média no 2º trimestre de 2002 foi de 2,9%. Quando comparamos com o consumo do 2º trimestre de 2001, vemos uma queda de 11,8%.

¹ Excluindo consumo próprio

A **classe comercial**, com participação de 26,8% do mercado total, apresentou um crescimento em relação ao trimestre anterior de 8,19% em MWh, isto devido ao final do racionamento e as altas temperaturas nos meses de abril e maio. O faturamento apresentou uma evolução de 6,58% no mesmo período. Com relação ao 2º trimestre de 2001, o consumo desta classe reduziu-se em 8,5% - explicado principalmente pelo uso de geradores próprios nos horários de ponta e a mudança de comportamento na utilização de energia. Os segmentos deste setor que tiveram redução foram: comércio varejista e atacadista, rede hoteleiras e instituições financeiras. A receita cresceu 15,5% devido basicamente ao reajuste tarifário de 4 de julho de 2001.



A **classe industrial**, no 2º trimestre de 2002, apresentou decréscimo de 5,0% em MWh, e um aumento de receita de 15,5% (aumento devido basicamente ao reajuste de tarifa de 4 de julho de 2001), quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Em termos de MWh, verifica-se uma redução por dois motivos: antecipação da produção pelas indústrias no 2º trimestre de 2001 devido ao racionamento e a diminuição da atividade econômica (paralisação de alguns setores como o automobilístico) no 2º trimestre de 2002. Comparando o 2º trimestre de 2002 com o trimestre anterior verifica-se um aumento de 6,8% em MWh, e 8,1% em receita, como consequência do fim do racionamento.



No 2º trimestre 2002 a **classe outros**, que inclui iluminação pública, rural, poderes públicos, tração elétrica, água e esgoto e consumo próprio apresentou um decréscimo em consumo de 8,5% quando comparado ao período correspondente de 2001 e um aumento de receita de 18,7%. Quando comparamos com o trimestre anterior o consumo cresceu em 3,8% e a receita aumentou em 11,76%.

ANÁLISE DO TRIMESTRE

RESULTADO

O EBITDA de R\$262 milhões apresentado pela Eletropaulo no 2º trimestre de 2002 foi inferior ao EBITDA de R\$333 milhões apresentado no trimestre anterior. Esta redução de 21% deve-se principalmente a despesa extraordinária de R\$103 milhões referente ao ajuste decorrente do fator de redução aplicado aos contratos iniciais durante o período do racionamento.

O cálculo preliminar disponibilizado pela Aneel e que havia sido utilizado para contabilizar os ajustes do racionamento nos trimestres anteriores, sinalizava uma redução de 2,341%. Trabalho realizado pela Abradee apontou que o fator de redução seria de 6,64%(vide explicação no item “Acordo Geral do Setor” deste relatório).

No caso da Eletropaulo, os cálculos anteriores resultam em uma recomposição tarifária extraordinária de R\$976 milhões com relação ao racionamento de 2001 e R\$192 milhões referente ao racionamento de 2002. Entretanto, após a aplicação do novo fator de redução (6,64%), o valor da recomposição tarifária extraordinária da Eletropaulo passou a ser de R\$912 milhões e R\$153 milhões em 2001 e 2002 respectivamente. Tal ajuste, portanto foi responsável pela despesa extraordinária de R\$ 103 milhões durante o 2º trimestre de 2002.

Tal efeito na alteração do fator de redução também ocasionou um ajuste nos pagamentos dos contratos iniciais, portanto a despesa com energia elétrica comprada teve um ajuste positivo de R\$63 milhões reduzindo desta forma a despesa desta conta (vide explicação no item “despesa com energia elétrica comprada”).

Recomposição Tarifária Extraordinária		Ajuste do Fator de Redução		
Saldo em 31/03/02	1.157.286		2,341% (1)	6,64% (2)
Ajuste do percentual de 2,341% para 6,64%	(103.059)	Racionamento 2001	976	912
Recomp. Tarifária Extraordinária amortizada	(77.766)	Racionamento 2002	192	153
Correção pela Selic	34.945	Total	1.168	1.065
Saldo em 30/06/02	1.011.406	Diferença (1)-(2)	103	

A Eletropaulo obteve no 2º trimestre de 2002 um prejuízo de R\$132 milhões, enquanto que no 1º trimestre de 2002 a empresa obteve um prejuízo de R\$14 milhões. O lucro líquido do 2º trimestre de 2001 foi de R\$86 milhões devido aos ajustes referentes a contabilização das perdas com o racionamento (contabilizado como Anexo V) e também às despesas financeiras menores, em função da menor desvalorização cambial no período.

Como resultado das negociações realizadas entre as empresas concessionárias geradoras e distribuidoras de energia elétrica e o Governo Federal a empresa pode diferir os custos não gerenciáveis referentes à Parcela A tais como: despesas com Conta de Consumo de Combustível (CCC), compra de energia de Itaipu e encargos de serviço do sistema, uma vez que tais custos serão recuperados via reajuste tarifário futuro. Este mecanismo gerou uma recuperação de despesas na ordem de R\$102,7 milhões referentes ao período de Abril-Maio de 2002(vide explicação no item “Resultado Operacional - Conta CVA”), que ocorreu via reajuste tarifário em 4 de julho de 2002. Os custos não gerenciáveis a partir do mês de Junho/2002, serão compensados no reajuste tarifário de 2003, devidamente corrigidos pela SELIC.

RESULTADO OPERACIONAL

2º Trimestre 2002 x 1º Trimestre 2002

A **receita bruta** no 2º trimestre de 2002 foi impactada pela mudança do fator de redução dos contratos iniciais (vide explicação no item “Resultado do Trimestre”) que ocasionou um ajuste negativo de R\$ 103 milhões, e também pela contabilização de energia de Curto Prazo de R\$92,2 milhões e pela contabilização da energia livre de Janeiro e Fevereiro de 2002 de R\$ 42,6 milhões. Vale ressaltar que a energia livre não impacta o resultado, pois este valor também está contabilizado como despesa com compra de energia, não impactando desta forma o EBITDA, uma vez que a empresa irá apenas repassar este valor arrecadado com o reajuste tarifário extraordinário para os geradores. A forma de contabilização da energia livre está refletida na Resolução 72 da ANEEL de 07/02/2002.

Abaixo segue algumas informações necessárias para entendimento da Energia Livre:

Merchant Plants: São geradoras que não estão contratadas em contratos iniciais e vendem toda sua energia a preço MAE ou contratos bilaterais.

Determinação do valor referente à **Energia Livre**: Estas geradoras(Merchant Plants) geraram energia para suprir os contratos iniciais das geradoras que estavam impedidas de gerar devido ao do racionamento de energia. Esta energia gerada pelas Merchant Plants é valorada a preço MAE e deve ser paga exclusivamente pelos geradores em condições hidrológicas normais. No período de racionamento os geradores efetuarão o pagamento integral da energia livre a eles alocada valorada a preço MAE. Desse montante, as distribuidoras (com recomposição extraordinária em contrapartida) pagarão aos geradores o montante da energia livre valorado pela diferença entre o preço MAE e o valor de R\$49,26 por MWh, equivalente a média ponderada dos contratos iniciais do sistema interligado vigentes em 31/12/2001 – ficando assim a cargo das geradoras com contrato inicial a compensação efetiva da energia livre ao preço de seus contratos.

O impacto da **CVA** (Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A) no 2º trimestre de 2002 no resultado da empresa foi positivo em R\$ 102,7 milhões, ou seja, a diferença entre a CVA Ativa e a CVA Passiva da tabela abaixo:

	Ativo(1) 1 Tri 02	Passivo(2) 1 Tri 02	Saldo acumulado (1 - 2) 1 Tri 02		Ativo(1) 2 Tri 02	Passivo(2) 2 Tri 02	Saldo acumulado (1 - 2) 2 Tri 02
CCC	16.205	(8.614)	7.591	CCC	16.899	(18.071)	(1.172)
Itaipu	46.167	(26.898)	19.269	Itaipu	149.494	(27.326)	122.168
ESS	13.602	0	13.602	ESS	23.076	0	23.076
Total	75.974	(35.512)	40.462	Total	189.469	(45.397)	144.072

Mutações da CVA						
	Saldo acumulado 1 Tri 02	CVA Ativa (*)	CVA Passiva(**)	Correção de Selic no Ativo	Correção de Selic no Passivo	Saldo Final 2 Tri 02
CCC	7.591	0	(9.084)	694	(375)	(1.173)
Itaipu	19.269	102.366	0	1.270	(737)	122.168
ESS	13.602	9.465	0	0	0	23.067
Total	40.462	111.831	(9.084)	1.964	(1.112)	144.062

(*) a despesa foi superior ao estabelecido na tarifa.

(**) a despesa foi inferior ao estabelecido na tarifa.

No 2º trimestre de 2002, a **despesa com CCC**, devido à metodologia de contabilização da CVA mostrou-se 1,1% acima da despesa do 1º trimestre de 2002. Isto ocorreu porque as cotas mensais de CCC para os meses de abril, maio e junho foram menores que o valor previsto na tarifa. Sendo assim, a contabilização da CCC no 2º trimestre de 2002 foi realizada com o valor dado na tarifa de 4 de julho de 2001 e a diferença gerada entre os pagamentos efetuados e o valor de cobertura foram contabilizados como CVA passiva.

CCC contabilizada no 2 Tri 02			
Mês	Valor à contabilizar	CVA	Valor Contabilizado
Abril	22.334	(810)	23.144
Maio	21.084	(2.060)	23.144
Junho	16.930	(6.214)	23.144
Total	60.348	(9.084)	69.432

Pagamento de CCC			
Mês de Referência	Valor pago	Valor c/ Cobertura	Diferença
Abril	22.334	23.144	(810)
Maio	21.084	23.144	(2.060)
Junho	16.930	23.144	(6.214)
Total	60.348	69.432	(9.084)

A *despesa com energia elétrica comprada* passou de R\$668 milhões para R\$ 706 milhões. No 2º trimestre de 2002, devido ao final do racionamento os contratos iniciais voltaram a ser pagos integralmente. Entretanto, tal despesa sofreu dois ajustes:

1. Um acréscimo de R\$ 41 milhões devido à contabilização dos valores de Energia Livre dos meses de Janeiro e Fevereiro de 2002 referente ao racionamento que não haviam sido divulgados pelo MAE. Este valor, entretanto, não tem impacto no resultado.
2. Uma redução de R\$ 63 milhões referente a contabilização da alteração do fator de redução de 2,341% para 6,64%.

Fornecedor		R\$ Mil
2 Tri		
Cesp		141.992
Paranapanema		34.535
Tiete		46.174
Furnas		149.192
Emae		26.167
Itaipu		244.464
Outros (Bilateral e Curto Prazo)		64.093
Total		706.618

Despesas com transmissão – Em janeiro de 2002 a Eletropaulo assinou um contrato referente ao uso do sistema de distribuição da área de concessão da Bandeirante Energia S.A. uma vez que existem pontos de intercâmbio nas respectivas áreas de concessão. O acordo estabeleceu que a cobrança desta tarifa seria retroativa a abril de 2001, sendo o valor entre Abril e Dezembro de 2001 de R\$4,7 milhões. Este pagamento efetuado no 1º trimestre de 2002 explica a redução verificada nesta conta no 2º trimestre de 2002.

Durante o 2º trimestre de 2002 a despesa com o uso do sistema de distribuição da Bandeirante foi de R\$ 1 milhão.

Despesas com pessoal – durante o 2º trimestre de 2002 foram de R\$93,7 milhões, valor impactado em R\$ 50,3 milhões pelos efeitos da Fundação Cesp (Reserva a Amortizar). Excluindo-se tais efeitos, a despesa de pessoal no 2º trimestre de 2002 seria de R\$43,4 milhões, 23,6% superior ao 1º trimestre de 2002, devido principalmente ao aumento dos encargos sociais e obrigações estimadas no montante de R\$ 5,4 milhões.

Total de Desp. com Pessoal(1)	86,0	93,7	8,9%
F. Cesp Reserva à Amortizar	(48,6)	(50,3)	3,5%
Desp. c/ pessoal sem F.Cesp (2)	37,5	43,4	16,0%
Provisionamento PLR	-	-	
Programas Assistenciais F Cesp	(2,3)	-	
Itens extraordinários (3)	(2,3)	-	
Despesa c/ pessoal ajustado = (1-2-3)	35,2	43,4	23,6%

Despesa com Fundação Cesp no 2º trimestre 2002 foi 2,7% inferior ao 1º trimestre de 2002. Isto se deve basicamente a diminuição dos pagamentos feitos aos Programas Assistenciais.

Fundação Cesp			
	1 Tri02	2 Tri02	V%
Contribuição como patrocinadora	1,7	1,6	-3,1%
Programas assistenciais	4,4	1,2	-71,9%
Subtotal de Benefícios (1)	6,1	2,9	-52,7%
Amortização de reservas a amortizar	48,6	50,3	3,5%
Subtotal de Reservas à Amortizar (2)	48,6	50,3	3,5%
Total incluído como despesa de pessoal (1+2)	54,6	53,1	-2,7%

Despesas de materiais e serviços de terceiros – apresentou um aumento de 21,5%, passando de R\$41,6 milhões no 1º trimestre de 2002 para R\$50,6 milhões no 2º trimestre de 2002. Isto se deve principalmente ao aumento de despesas legais e honorários advocatícios de R\$ 8,5 milhões.

Outras despesas operacionais passaram de R\$71,5 milhões para R\$29,9 milhões. A diminuição de R\$ 40,1 milhões deve-se à continuidade do processo de recuperação de Créditos Tributários do PIS que gerou créditos no valor de R\$ 36,9 milhões. A empresa efetuou este crédito baseada na sentença favorável expedida no ano passado pela justiça federal (23ª vara da Justiça Federal de São Paulo), referente ao mandado de segurança no qual se pleiteou a compensação de valores recolhidos indevidamente do PIS no período de junho de 1990 a outubro de 1995.

2º Trimestre 2002 x 2º Trimestre 2001

A **receita bruta** no 2º trimestre de 2002 foi impactada pela mudança do fator de redução dos contratos iniciais (vide explicação no item “Resultado do Trimestre”) que ocasionou um ajuste negativo de R\$ 103 milhões, e também pela contabilização de energia de Curto Prazo de R\$92,2 milhões e pela contabilização da energia livre de Janeiro e Fevereiro de 2002 de R\$ 42,6 milhões. Vale ressaltar que a energia livre não impacta o resultado, pois este valor também está contabilizado como despesa com compra de energia, não impactando desta forma o EBITDA, uma vez que a empresa irá apenas repassar este valor arrecadado com o reajuste tarifário extraordinário para os geradores. A forma de contabilização da energia livre está refletida na Resolução 72 da ANEEL de 07/02/2002.

Despesa com energia elétrica comprada: no 2º trimestre de 2002, devido ao final do racionamento os contratos iniciais voltaram a ser pagos integralmente. Entretanto, tal despesa sofreu dois ajustes:

1. Um acréscimo de R\$ 41 milhões devido à contabilização dos valores de Energia Livre dos meses de Janeiro e Fevereiro de 2002 referente ao racionamento que não haviam sido divulgados pelo MAE. Este valor, entretanto, não tem impacto no resultado.
2. Uma redução de R\$ 63 milhões referente a contabilização da alteração do fator de redução de 2,341% para 6,64%.

Despesas com transmissão e utilização da rede básica elevaram-se em 11,0% quando comparamos com o mesmo período do ano anterior, passando de R\$95,8milhões para R\$106,4 milhões. Este aumento deve-se principalmente ao reajuste nas tarifas de transporte e conexão de aproximadamente 9,6% ocorrido em julho de 2001 e também ao reajuste de 11,4% da tarifa de transmissão de Itaipu. Além dos fatores citados anteriormente esta conta foi impactada pela cobrança da tarifa de uso do sistema de distribuição da Bandeirante que não era cobrada anteriormente. Durante o 2º trimestre de 2002, tal despesa foi de R\$1 milhão.

No 2º trimestre de 2002 a **despesa com pessoal** aumentou em 30,5% se comparada ao mesmo período do ano anterior. O aumento verificado foi ocasionado devido ao reajuste salarial de 6% a partir de junho de 2001 e ao ajuste dos pagamentos referentes a Reserva a Amortizar da Fundação Cesp.

Despesas de materiais e serviços de terceiros: comparando-se o 2º trimestre de 2002 com o mesmo período do ano anterior verifica-se um decréscimo de 15,1%, passando de R\$59,7 milhões para R\$50,6 milhões. Esta diminuição deve-se principalmente a menores gastos com informática e também reforma de prédios.

Outras despesas operacionais passaram de R\$68,3 milhões para R\$29,9 milhões. Estas despesas no 2º trimestre de 2002 apresentaram uma diminuição de R\$ 40,1 milhões, devido à continuidade do processo de recuperação de Créditos Tributários do PIS que gerou um crédito no valor de R\$ 36,9 milhões. A empresa efetuou este crédito, baseada na sentença favorável expedida no ano passado pela justiça federal (23º vara da Justiça Federal de São Paulo), referente ao mandado de segurança no qual se pleiteou às compensações de valores recolhidos indevidamente do PIS no período de junho de 1990 a outubro de 1995.

RESULTADO FINANCEIRO

2º Trimestre 2002 X 1º Trimestre 2002

As receitas financeiras passaram de R\$88,4 milhões para R\$357,1 milhões. O aumento da receita no 2º trimestre de 2002 deve-se aos ajustes positivos oriundos das operações de swap, devido à desvalorização do Real em relação ao Dólar de aproximadamente 22,4% no período. A correção dos valores da recomposição tarifária extraordinária e dos itens da Parcela A pela SELIC também foram responsáveis pelo aumento da receita.

No 1º trimestre de 2002 a receita financeira de R\$88,4 milhões deveu-se principalmente à correção dos valores da recomposição tarifária extraordinária e dos itens da Parcela A pela SELIC, uma vez que o dólar manteve-se praticamente constante no período.

As despesas financeiras passaram de R\$266,2 milhões no 1º trimestre de 2002 para R\$693,1 milhões no 2º trimestre de 2002, devido a forte desvalorização do real no período (22%). As principais variações foram:

Encargos da Dívida em Moeda Nacional: passaram de R\$17,8 milhões para R\$ 6,4 milhões. Esta despesa refere-se principalmente à amortização de juros da 7ª emissão de debêntures ocorrida no período. A redução de tal despesa pode ser explicada devido à incidência de juros sobre um principal menor, uma vez que houve amortização do principal da 7ª emissão de debêntures em 29 de março de 2002.

Encargos da Dívida em Moeda Estrangeira: apresentaram uma redução de R\$78,9 milhões para R\$53,6 milhões.

Multas e Acréscimo Moratório: passaram de R\$15,0 milhões para R\$26,7 milhões. A despesa desta conta basicamente refere-se ao provisionamento do PASEP que a empresa está questionando judicialmente. Entretanto, no 2º trimestre de 2002 ocorreu uma despesa extraordinária referente ao pagamento de IPTU que estava em atraso. A Eletropaulo decidiu não realizar os pagamentos de IPTU (de 1996 a 2001) à prefeitura de São Caetano do Sul, uma vez que esta possuía uma dívida com a empresa. No mês de maio/2002 foi assinado um acordo entre as partes para quitação de ambas as dívidas gerando, desta forma, uma despesa extraordinária.

Outras Despesas Financeiras: As despesas desta conta referem-se principalmente ao pagamento de COFINS incidente sobre receita não operacional, mas também inclui resultado negativo de operações de swap, sendo o resultado positivo alocado na receita financeira. Esta conta apresentou resultado positivo no 2º trimestre de 2002 (R\$53,6 milhões) devido aos ajustes positivos que a empresa obteve com operações de swap cambial no período que reverteram os ajustes negativos do 1º trimestre de 2002, sendo a diferença alocada na conta de receita financeira. No 1º trimestre de 2002 esta conta apresentou uma despesa de R\$93,5 milhões, devido principalmente aos ajustes negativos do swap.

Variação Monetária em Moeda Nacional: passou de uma despesa de R\$5,3 milhões para R\$21,1 milhões. Este aumento é explicado basicamente pelo aumento do IGPM no 2º trimestre de 2002 que é o indexador da 7ª emissão de debêntures e também devido à atualização do IGPM referente à Confissão de Dívida da Fundação CESP.

Variação Monetária em Moeda Estrangeira: a despesa do 2º trimestre de 2002 (R\$744,6 milhões) deve-se principalmente à desvalorização da moeda de 22,4% no período, embora dentro desta despesa também esteja incluída a amortização do diferimento da variação cambial no valor de R\$15 milhões. Já a despesa de R\$56 milhões do 1º trimestre de 2002 refere-se principalmente a amortização do diferimento da variação cambial de R\$51 milhões de acordo com a realização do passivo, uma vez que no 1º trimestre de 2002 o Real se manteve praticamente constante em relação ao Dólar.

A Eletropaulo de acordo com as Deliberações 404 e 409 da CVM de 27/09/2001 e 01/11/2001 respectivamente reconheceu no Ativo Diferido uma despesa de R\$203 milhões em 31/12/2001 referente à variação da taxa de câmbio ocorrida no período as quais deverão ser amortizadas em quatro anos ou quando da realização, a partir do presente exercício.

2º Trimestre 2002 X 2º Trimestre 2001

As **receitas financeiras** passaram de R\$111,0 milhões no 2º trimestre de 2001 para R\$357,1 milhões no 2º trimestre de 2002. A receita financeira no 2º trimestre de 2002 se deve principalmente aos ajustes positivos oriundos das operações de swap devido à desvalorização do Real em relação ao Dólar de aproximadamente 22,4% no período. A correção dos valores da recomposição tarifária extraordinária e dos itens da Parcela A pela SELIC também foram responsáveis pelo aumento da receita.

As **despesas financeiras** do 2º trimestre de 2002 foram de R\$693,1 milhões, superiores às despesas de R\$262,2 milhões no mesmo período do ano anterior. Este aumento se deve principalmente à variação da taxa de câmbio ocorrida durante o período. As principais variações são:

Encargos da Dívida em Moeda Nacional: apresentaram uma redução de R\$9,5 milhões para R\$6,4 milhões devido à amortização do principal das debêntures ocorrida em relação ao mesmo período do ano anterior reduzindo desta forma, o pagamento de encargos referente a 4ª e 7ª emissões de debêntures no período.

Encargos da Dívida em Moeda Estrangeira: apresentou uma elevação de R\$48,1 milhões para R\$53,6 milhões principalmente em função de novas dívidas incorridas em dólar no exercício de 2001, visando rolar dívidas existentes.

Multas e Acréscimos Moratórios: A despesa com multas e acréscimos moratórios no 2º trimestre de 2002 foi de R\$26,7 milhões, enquanto, no 2º trimestre de 2001 foi de R\$8 milhões. Essa despesa refere-se ao provisionamento do PASEP que a empresa está questionando judicialmente. Entretanto, no 2º trimestre de 2002 ocorreu uma despesa extraordinária referente ao pagamento de IPTU que estava em atraso. A Eletropaulo decidiu não realizar os pagamentos de IPTU (de 1996 a 2001) à prefeitura de São Caetano do Sul, uma vez que esta possuía uma dívida com a empresa. No mês de maio foi assinado um acordo entre as partes para quitação de ambas as dívidas gerando, desta forma, uma despesa extraordinária.

Outras Despesas Financeiras: As despesas desta conta referem-se principalmente ao pagamento de COFINS incidente sobre receita não operacional, mas também inclui resultado negativo de operações de swap, sendo o resultado positivo alocado na receita financeira. Esta conta apresentou resultado positivo no 2º trimestre de 2002 (R\$53,6 milhões) devido aos ajustes positivos que a empresa obteve com operações de swap cambial no período que reverteram os ajustes negativos do 1º trimestre de 2002, sendo a diferença alocada na conta de receita financeira. No 2º trimestre de 2001 esta conta apresentou uma despesa de R\$7,0 milhões.

Variação Monetária em Moeda Nacional: apresentou uma despesa de R\$21,1 milhões no 2º trimestre de 2002, enquanto que no mesmo período do ano anterior a despesa foi de R\$28,7 milhões. A variação desta conta deve-se à atualização do IGPDI referente à Confissão de Dívida da Fundação CESP e IGPM referente a 7ª emissão de debêntures.

Variação Monetária em Moeda Estrangeira: a despesa do 2º trimestre de 2002 (R\$744,6 milhões) deve se principalmente a desvalorização da moeda de 22,4% no período, embora dentro desta despesa também esteja incluída a amortização do diferimento da variação cambial no valor de R\$15 milhões. A despesa de R\$186 milhões do 1º trimestre de 2002 também se deve à desvalorização da moeda no período de 6,6%.

Composição das Despesas Financeiras :

Consolidado

	2tri02	1tri02	2tri01
Receitas Financeira			
Rendas de Aplicações Financeiras	302.675	4.298	95.567
Outras	54.454	84.100	15.451
Subtotal	357.129	88.398	111.018
Despesas Financeira			
Encargos de Dívidas			
Moeda Nacional	(6.457)	(17.844)	(9.507)
Moeda Estrangeira	(53.649)	(78.879)	(48.077)
Multas e Acréscimos Moratórios	(26.735)	(15.073)	(8.074)
Juros sobre Capital Próprio	-		
Outras	53.563	(93.475)	(7.048)
	(33.278)	(205.271)	(72.706)
Variação Monetária/Cambial			
Moeda Nacional	(21.100)	(5.267)	(28.710)
Moeda Estrangeira	(744.670)	(56.335)	(186.319)
Subtotal	(765.770)	(61.602)	(215.029)
Ganho Equivalência Patrimonial	105.908	651	25.522
Total Despesa Financeira	(693.140)	(266.222)	(262.213)
Resultado Financeiro	(336.011)	(177.824)	(151.195)

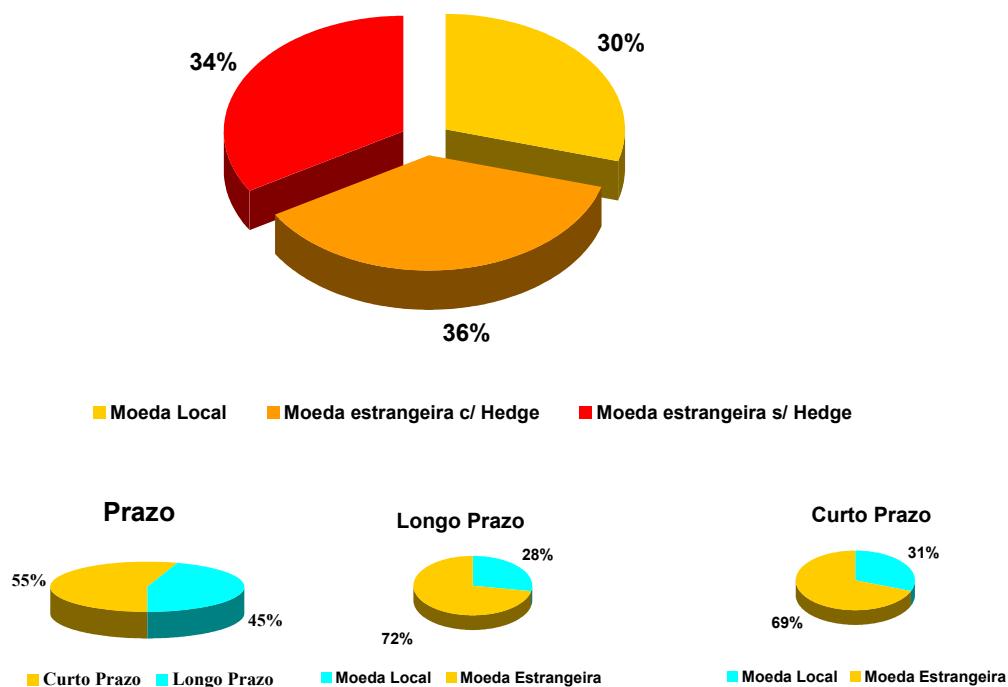
RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Controladora				R\$ milhões	
Demonstração dos Resultados	2º Tri 02	1º Tri 02	Var %	2º Tri 01	Var %
Receita Bruta	1.776,4	1.746,0	1,7%	1.761,3	0,9%
Deduções à Receita Operacional					
- RGR	(15,3)	(15,3)	0,0%	(15,9)	-4,1%
- ICMS	(322,6)	(287,1)	12,4%	(293,9)	9,8%
- ECE	(57,3)	0,0	0,0%	(293,9)	0,0%
-Outros	(62,2)	(63,3)	-1,8%	(63,9)	-2,7%
Receita Líquida	1.319,1	1.380,3	-4,4%	1.387,6	-4,9%
Despesas Operacionais					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(706,6)	(668,0)	5,8%	(682,4)	3,6%
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	(106,4)	(111,5)	-4,5%	(95,8)	11,0%
Pessoal	(93,7)	(86,0)	8,9%	(71,8)	30,5%
Materiais	(4,9)	(5,0)	-2,5%	(6,9)	-28,8%
Serviços de Terceiros	(45,7)	(36,6)	24,8%	(52,7)	-13,4%
CCC	(69,4)	(68,7)	1,1%	(79,1)	-12,3%
Outros	(29,9)	(71,5)	-58,1%	(68,3)	-56,2%
EBITDA	262,4	333,0	-21,2%	330,5	-20,6%
Depreciação e Amortização	(62,3)	(60,7)	2,6%	(57,9)	7,5%
Resultado da Equivalência Patrimonial	131,5	5,5	2278,4%	44,1	198,4%
Receitas Financeiras	356,9	88,0	305,5%	110,6	222,6%
Despesas Financeiras	(60,8)	(211,2)	-71,2%	(88,8)	-31,6%
Var. Cambial/Mont. (Liq.)	(764,4)	(61,6)	1141,5%	(215,7)	254,4%
Receitas/Despesas não operacionais	(2,2)	(5,1)	-57,8%	(7,4)	-70,6%
Resultado antes da Tributação	(138,8)	87,9	-257,8%	115,4	-220,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	78,5	(30,4)	-358,3%	(29,2)	-368,4%
Item extraordinário Líquido dos efeitos de tributos	(71,6)	(71,9)	-	0,0	-
Lucro (prejuízo) Líquido	(131,9)	(14,4)	815,7%	86,2	-253,1%

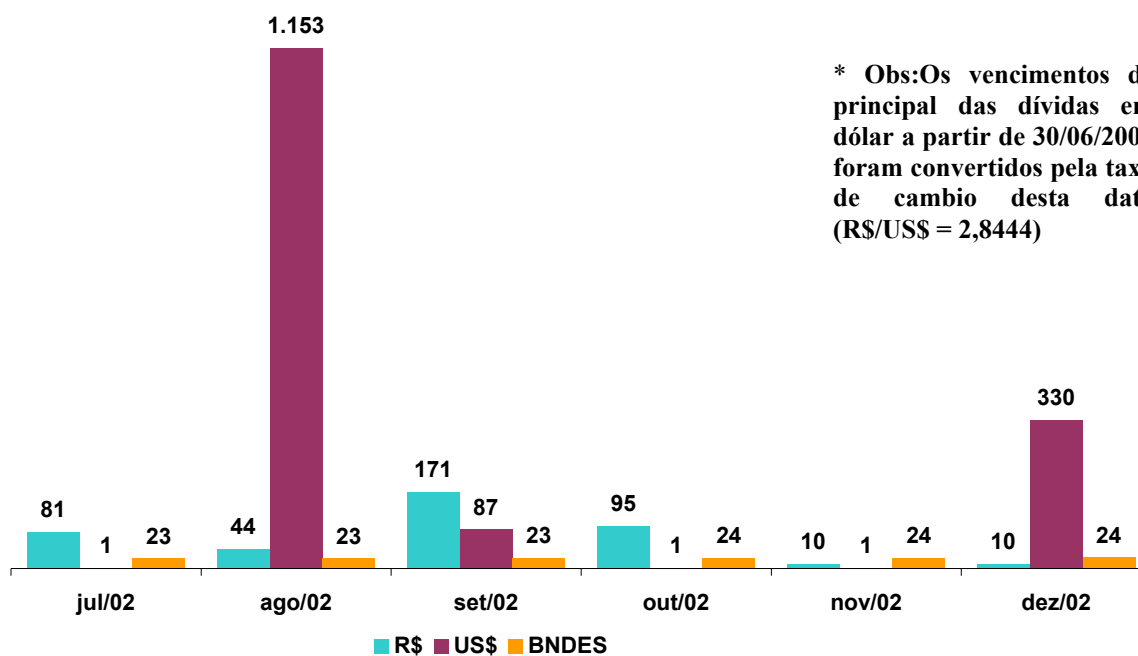
Controladora				R\$ milhões	
ATIVO	2º Tri 02	1º Tri 02	Var %	2º Tri 01	Var %
CIRCULANTE	2.396	2.534	-5,5%	2.169	10,4%
Disponibilidades	188	272	-30,9%	264	-28,6%
Consumidores	1.857	1.984	-6,4%	1.656	12,1%
Provisão para Devedores Duvidosos	(367)	(347)	5,5%	(390)	-6,0%
Tributos e Contribuições Sociais	96	121	-20,4%	198	-51,4%
Estoques	27	30	-8,4%	43	-36,0%
Despesas pagas Antecipadamente	190	78	143,6%	48	294,6%
Outros Créditos	403	396	1,8%	350	15,1%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.232	2.897	11,6%	1.125	187,4%
Tributos e Contribuições Sociais	875	741	18,1%	579	51,2%
Consumidores	1.599	1.405	13,8%	0	-
Provisão para Devedores Duvidosos	(37)	(37)	0,0%	0	-
Despesas pagas Antecipadamente	381	379	0,4%	0	-
Outros Créditos	414	409	1,3%	545	-24,1%
PERMANENTE	6.412	6.281	2,1%	6.031	6,3%
Investimentos	1.015	879	15,5%	821	23,5%
Imobilizado	5.234	5.222	0,2%	5.173	1,2%
Diferido	163	180	-9,4%	37	342,8%
TOTAL DO ATIVO	12.040	11.712	2,8%	9.325	29,1%

Controladora				R\$ mil	
PASSIVO	2º Tri 02	1º Tri 02	Var %	2º Tri 01	Var %
CIRCULANTE	4.108	4.006	2,6%	2.347	75,0%
Fornecedores	1.127	985	14,4%	636	77,2%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.008	1.779	12,8%	897	123,7%
Obrigações com Fundação CESP	104	101	3,7%	326	-67,9%
Encargos da Dívida	64	35	83,3%	83	-23,0%
Impostos, Taxas e Contribuições	278	269	3,4%	165	67,9%
Folha de Pagamento	3	4	-18,3%	1	203,0%
Provisões	63	70	-9,6%	56	12,9%
Dividendos a Pagar	140	140	0,0%	3	4614,4%
Obrigações Estimadas	26	27	-1,7%	46	-42,7%
Parcelamento de Trib. e Contrib. Sociais	12	12	0,0%	12	0,0%
Outros	283	585	-51,5%	122	132,3%
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.109	4.752	7,5%	4.463	14,5%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.160	1.294	-10,3%	1.522	-23,7%
Obrigações com Fundação CESP	579	486	19,1%	384	51,0%
Provisões Passivas (Cofins, Pasp e outros)	1.042	977	6,7%	969	7,6%
Parcelamento de Trib. e Contrib. Sociais	249	256	-3,1%	237	5,0%
Dívidas com Pessoas Ligadas	1.650	1.348	22,4%	1.337	23,4%
Outros	428	390	9,8%	16	2570,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.823	2.955	-4,5%	2.514	12,3%
Capital Social Realizado	1.058	1.058	0,0%	1.058	0,0%
Reservas de Capital	238	238	0,0%	238	0,1%
Reservas de Reavaliação	1.214	1.217	-0,2%	1.226	-0,9%
Reservas de Lucros	61	61	0,0%	32	88,2%
Lucros (Prejuízos) Acumulados	252	381	-33,9%	(39)	-
TOTAL DO PASSIVO	12.040	11.712	2,8%	9.325	29,1%

PERFIL DO ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO EM 30/06/2002



Vencimentos de Principal 2002 (R\$MM)*



Detalhamento do Endividamento

Em 30/06/02 o endividamento da empresa inclui o adiantamento de recursos do BNDES ocorrido em fevereiro de 2002. O saldo em 30/06/02, era de R\$191 milhões, referente às perdas do racionamento, o qual será amortizado mensalmente através dos recursos obtidos com o reajuste extraordinário de tarifas. Este adiantamento será corrigido por Selic + 1% a.a o qual terá impacto nulo no resultado financeiro da empresa, pois existe uma contrapartida na receita financeira uma vez que o ativo regulatório referente ao reajuste extraordinário de tarifa será corrigido pela mesma taxa (Selic + 1% a.a).

O Endividamento também contempla o valor de R\$201 milhões referente ao ajuste da Fundação Cesp, a ser reconhecido no Passivo de acordo com a deliberação 371 da CVM, o qual não tem impacto adicional de caixa (vide explicação no item Fundação Cesp.).

Dívida da Controladora em 30/06/2002

Descrição	Moeda	Início/Final	Montante (Principal LP)	Montante (Principal CP)
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2000/2002	-	639.990
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2001/2005	654.212	213.330
Linha de Crédito Externo	US\$	1998/2009	1.649.752	-
Euro - Commercial Papers	US\$	1999/2002	-	358.874
Lei 7976/89	US\$	1995/2009	217.106	33.401
Resolução 96/93 (Bib's)	US\$	1999/2013	442	42
Empréstimo Bancário	US\$	2001/2003	170.664	-
Clube de Paris	US\$/FRF	1995/2006	67.791	14.786
Empréstimo com Subsidiária	US\$	2001/2002	-	28.444
Lei 4131	US\$	2001/2003	1.052	1.052
TOTAL MOEDA EXTERNA			2.761.020	1.289.920
Debentures 7ª Emissão	R\$	2000/2003	-	312.688
Fund. Cesp - Confissão de Dívida II	R\$	1997/2008	-	5.518
Fund. Cesp - Confissão de Dívida II A	R\$	1997/2008	377.712	68.675
CVM 371	R\$	1997/2017	201.107	-
Fundação Cesp - Outras Obrigações	R\$	2001	469	30.187
Consumidores	R\$	2003	1.594	21
Conta Garantida	R\$	2002	-	128.000
Finame	R\$	1999/2005	45.176	13.362
Empréstimo Bancário	R\$	2002/2004	358	256
Compror	R\$	2002	-	60.000
BNDES (RACIONAMENTO)	R\$	2002/2003	-	191.466
Consumidor	R\$	-	657	-
Leasing	US\$	2000/2003	1.370	11.809
TOTAL MOEDA INTERNA			628.443	821.983
TOTAL GERAL (CP + LP + ENCARGOS)			5.565.438	

Dívida Consolidada em 30/06/2002

Descrição	Moeda	Vencimento	R\$ mil		
			Montante (Principal LP)	Montante (Principal CP)	Montante (Encargos)
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2000/2002	-	639.990	219
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2001/2005	654.212	213.330	33.785
Euro - Commercial Papers	US\$	1999/2002	-	358.874	2.294
Lei 7976/89	US\$	1995/2009	217.106	33.401	42
Resolução 96/93 (Bib's)	US\$	1999/2013	442	42	22
Empréstimo Bancário	US\$	2001/2003	170.664	-	3.566
Clube de Paris	US\$/FRF	1995/2006	67.791	14.786	90
Lei 4131	US\$	2001/2003	1.052	1.052	39
Commercial Paper	US\$	2001/2002	-	341.328	-
Empréstimo Bancário	US\$	2000/2005	142.220	-	214
Empréstimo Bancário	US\$	2001/2004	284.439	-	6.341
Capital de Giro	US\$	2001/2002	-	28.444	2.357
Capital de Giro	US\$	2001/2003	-	85.332	3.492
Empréstimo Bancário	US\$	2001/2002	-	85.332	-
Empréstimo Bancário	US\$	2001/2002	-	56.888	-
Credit Linked Note	US\$	2001/2009	85.332	-	-
TOTAL MOEDA EXTERNA			1.623.259	1.858.800	52.461
Debentures 7ª Emissão	R\$	2000/2003	-	312.688	18.916
Fund. Cesp - Confissão de Dívida II	R\$	1997/2008	-	5.518	-
Fund. Cesp - Confissão de Dívida II A	R\$	1997/2008	377.712	68.675	-
CVM 371	R\$	1997/2017	201.107	-	-
Fundação Cesp - Outras Obrigações	R\$	2001	469	30.187	-
Consumidores	R\$	2003	1.594	21	1.296
Conta Garantida	R\$	2002	-	128.000	501
Finame	R\$	1999/2005	45.176	13.362	418
Empréstimo Bancário	R\$	2002/2004	358	256	53
Compror	R\$	2002	-	60.000	-
BNDES (RACIONAMENTO)	R\$	2002/2003	-	191.466	1.548
Consumidor	R\$	0	657	-	-
Leasing	US\$	2000/2003	4.965	15.104	1.250
TOTAL MOEDA INTERNA			632.038	825.278	23.981
TOTAL GERAL (CP + LP + ENCARGOS)			5.015.817		

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A Eletropaulo diante das incertezas regulatórias causadas principalmente pelo racionamento de energia vigente até Fevereiro/2002, aliada a instabilidade e volatilidade nos mercados financeiro nacional e internacional, se viu obrigada a buscar alternativas de refinanciamento junto aos seus credores atuais cujos créditos com a Companhia têm vencimento programado para o 2º semestre de 2002. Tal processo vem sendo desenvolvido pela Companhia em conjunto com assessor financeiro contratado especificamente para este fim, e encontra-se em andamento.

A principal solicitação feita aos credores no referido processo de refinanciamento refere-se a necessidade de extensão de prazos, visando compatibilizar os vencimentos com a geração de caixa da empresa, de modo a evitar futuras concentrações de amortizações e dependência de mercados, que se encontram extremamente voláteis e incertos no momento. A Companhia enfatiza que as propostas em curso supõem que a Companhia honre em 100% suas obrigações.

Durante o 1º semestre de 2002 a empresa tentou acessar os mercados nacional e internacional várias vezes, através de operações de médio e longo prazo, visando alongar o perfil de seu endividamento, porém a volatilidade de tais mercados, crise na Argentina, incertezas regulatórias e também eleição presidencial neste ano impediram a empresa de ter sucesso em tais operações.

Em 07/02/02 foram desembolsados pelo BNDES R\$ 278 milhões à título de adiantamento das perdas do racionamento. O adiantamento do BNDES começou a ser amortizado com os recursos do reajuste tarifário extraordinário a partir de 15/03/02. Estima-se que as parcelas remanescentes desse adiantamento (sujeito à validação da Aneel), de aproximadamente R\$ 960,8 milhões (valor que inclui perdas do racionamento em 2001 e parcela A de 2001) devam ser desembolsados no mês de agosto e a parcela referente ao racionamento de 2002 em setembro.

A Eletropaulo amortizou algumas dívidas que venceram no 1º trimestre de 2002 e refinanciou apenas um Commercial Paper de US\$85 milhões com prazo de 3 meses, com custo em torno de 6% a.a, o qual foi pago em 10 de abril de 2002. Em 19 de março de 2002 a empresa vendeu parte da 7ª emissão de debêntures que estava em tesouraria, representando um total de R\$130 milhões. Vale ressaltar que em 29 de março de 2002 a empresa amortizou R\$ 166 milhões desta emissão. No 2º trimestre de 2002, a empresa também pagou US\$45 milhões referentes a amortizações de principal de empréstimo sindicalizado de US\$350 milhões.

Durante o 2º trimestre de 2002, a empresa deu continuidade à política de “hedge” da exposição cambial decorrente do endividamento em moeda estrangeira, implementada em maio de 2000, que se mostrou bastante eficaz na proteção das grandes oscilações do dólar. A estratégia da empresa é continuar com sua política de “hedge”, e em 30 de junho de 2002 a Eletropaulo apresentou operações de “hedge” equivalentes a aproximadamente 52,3% de suas dívidas em dólar.

O instrumento financeiro utilizado para a proteção é o “swap” de índices (dólar x CDI)

	Valor US\$	Valor R\$
SWAP (1)	650.131	1.849.232
Dívida Consolidada (2)	1.242.624	3.534.520
% Protegido (1/2)	52,3%	52,3%

Contabilização da Dívida “Off-balance” – Fundação CESP

A Companhia, de acordo com Deliberação CVM nº371, optou por reconhecer no resultado do exercício dos próximos 5 anos a partir de 2002 o passivo atuarial não registrado apurado em 31 de dezembro de 2001, no montante de R\$2.399 milhões. Tal montante irá transitar pelo Demonstrativo de Resultados na proporção de 1/5 por ano, de tal forma que tal obrigação estará integralmente reconhecida no Balanço Patrimonial em 2007.

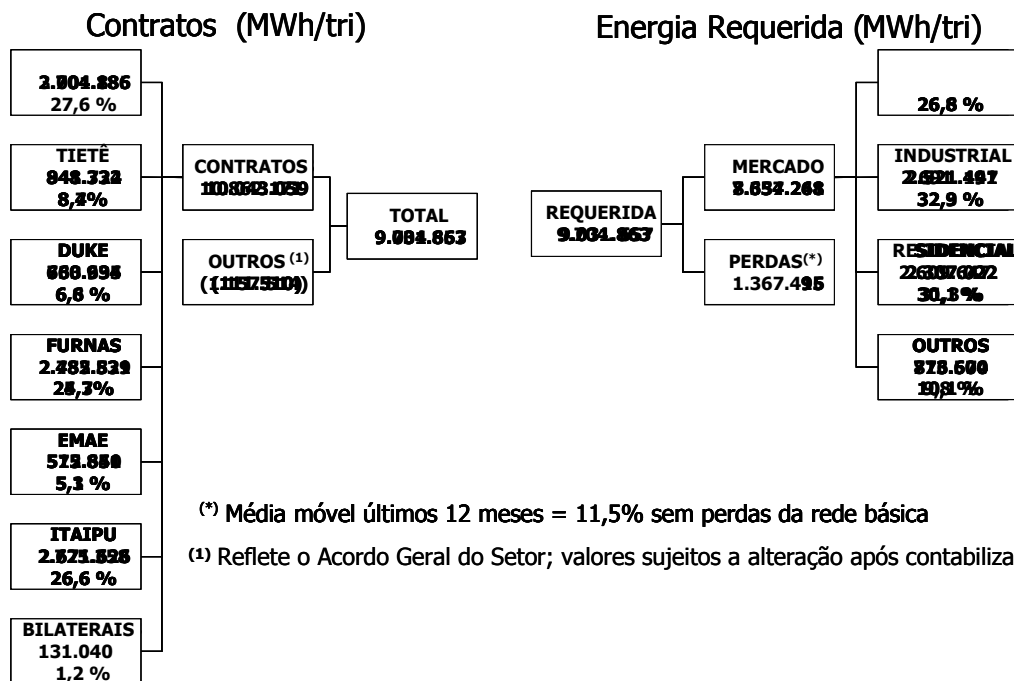
Vale mencionar que em função de tal dívida já ter sido objeto de negociação no passado, ela vem sendo amortizada desde outubro de 1997, com prazo estimado de liquidação em outubro de 2017. Conseqüentemente, tal contabilização não irá representar desembolso adicional de caixa para a empresa. A despesa adicional resultante desse ajuste contábil será contabilizada como item extraordinário (na conta Participações/Contribuições Estatutárias na Demonstração de Resultado), já líquido de impostos.

De acordo com a Deliberação 371 da CVM a contabilização durante o 2º trimestre de 2002 foi feita da seguinte forma:

- ✓ Creditou-se Passivo de Longo Prazo (Obrigações com a Fundação CESP) de aproximadamente R\$ 100,3 milhões contra Despesa Extraordinária de R\$71,6 milhões (líquido dos efeitos tributários)
- ✓ Adicionalmente, a amortização da dívida com a Fundação CESP (Reserva Matemática a amortizar) representou uma despesa no Resultado de aproximadamente R\$51,0 milhões.

O total já reconhecido no passivo de Longo Prazo é de R\$ 201.170 mil.

BALANÇO ENERGÉTICO 2002



(*) Média móvel últimos 12 meses = 11,5% sem perdas da rede básica

(1) Reflete o Acordo Geral do Setor; valores sujeitos a alteração após contabilização do MAE

O valor da média móvel das perdas dos últimos 12 meses aumentou, uma vez que muitos consumidores que não conseguiram cumprir com suas metas de consumo estabelecidas pelo Governo, realizaram ligações clandestinas, aumentando desta forma o número de fraudes no nosso sistema. Para redução das perdas, a empresa está tomando as seguintes medidas:

- Inspeção em clientes de - baixa, média e alta tensão
- Substituição de medidores obsoletos e/ou inadequados ao sistema de medição
- Regularização de ligações clandestinas/ taxa mínima.

TARIFAS DE VENDAS

A Eletropaulo, em 04 de julho de 2002, teve suas tarifas reajustadas em 14,24%, sendo deste total 75% relativo aos custos da Parcela A (não incluindo a CVA) e 25% referente aos custos da Parcela B.

O reajuste da empresa dividiu-se nos seguintes tópicos:

Reajuste Tarifário julho/2002

Parcelas		%
A	Itaipu	4,83
	RGR/CCC/Others	2,16
	Suprimento nacional	4,13
	CVA	0,64
Total Parcela A		11,76
B	<i>Varição IGPM</i>	2,48
Total Parcela B		2,48
Reajuste Total		14,24

Encargos

Os encargos que estão contemplados na tarifa de 4 de julho de 2002 são os seguintes: RGR, CCC e TFSEE.

A **RGR** de 2002 teve sua cota modificada pela Portaria Interministerial de nº 25, de 24 de janeiro de 2002, que trata de mudanças nas datas da fixação da RGR de forma a haver concatenação com a data de reajuste tarifário anual para as concessionárias de distribuição de energia elétrica. No caso da Eletropaulo, a cota mensal fixada (Despacho nº 367 e 368 de junho de 2002) para o período tarifário foi de R\$ 6,8 milhões.

A cota de **CCC** para o ano de 2002 foi reduzida em função da redução do consumo de energia elétrica verificada após o término do racionamento e também devido a melhoria dos níveis de reservatórios das hidrelétricas reduzindo, desta forma, a utilização das usinas termoeletricas. Sendo assim a cota de CCC, que é calculada pela utilização das usinas termoeletricas, foi reduzida de R\$ 355 milhões (Resolução nº 36, de 29 de janeiro de 2002) para R\$268 milhões em 18 de junho de 2002 (Resolução nº325). Esta nova cota de CCC do ano de 2002 foi utilizada para compor o cálculo do reajuste tarifário de 4 de julho de 2002, sendo o valor de cobertura mensal relativo a despesa de CCC a ser utilizado até junho de 2003 será de R\$ 22.374 mil.

A TFSEE (Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica) – por decisão da Aneel teve os valores mensais relativos ao exercício de 2002 reduzidos para R\$ 929mil. É importante ressaltar que a TFSEE terá sempre seu reajuste concatenado com o das empresas de distribuição de energia.

Contratos Iniciais

A Eletropaulo teve seus Contratos Iniciais reajustados em média 11,23%, vide tabela abaixo:

Geradora	Tarifa de Energia (R\$/MWH)	Reajuste %	Resolução nº
CESP	51,78	8,42	371, de 3 de julho de 2002.
Paranapanema	51,01	8,73	372, de 3 de julho de 2002.
EMAE	44,95	10,89	375, de 3 de julho de 2002.
Furnas	62,81	15,22	376, de 3 de julho de 2002.
AES Tietê	50,83	9,10	377, de 3 de julho de 2002.

Itaipu

No reajuste tarifário de 4 de julho de 2002, o dólar utilizado para o cálculo da tarifa foi de 2,8444 (do dia 30/06/02), o que representa um aumento de 23,41% em relação ao dólar utilizado para o reajuste tarifário de 2001 (R\$/US\$ = 2,3049). Vale ressaltar que esta despesa está incluída na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA), criada pela portaria Interministerial nº 296 de 25 de outubro de 2001.

Transmissão e Conexão

A Resolução nº 358, de 28 de junho de 2002, estabeleceu o valor das tarifas de uso das instalações de transmissão de energia elétrica para a Rede Básica e para o Transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu. O novo valor da tarifa mensal da Rede Básica ficou estabelecido em R\$4.774,74/MW, um aumento de 32,18%, e o valor da tarifa mensal do transporte de Itaipu ficou fixado em R\$ 2.110,81/MW, o que representa um aumento de 7,95%.

A Eletropaulo utiliza duas empresas para fazer conexão com a Rede Básica: EPTE (Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A.) e a CTEEP (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista), as quais tiveram sua receita anual estabelecida pela Resolução nº 374, de 3 de julho de 2002 conforme tabela abaixo:

Empresa transmissora	Valores em R\$	% de aumento
EPTE	99.349.632,96	10,55
CTEEP	816.158,86	10,55

TARIFA MÉDIA R\$/MWh	2.002		Acumulado 2002
	1º TRIM	2º TRIM	
RESIDENCIAL	208,11	213,18	210,80
INDUSTRIAL	123,45	125,06	124,28
COMERCIAL	188,59	185,81	187,15
DEMAIS	126,60	136,03	131,41
TOTAL	166,75	169,94	168,41

OBS: As tarifas acima contemplam o reajuste extraordinário para recuperação das perdas com racionamento:

- 2,9% para consumidores residenciais (excluindo os consumidores baixa renda), rurais e iluminação pública.
- 7,9% para consumidores de outras classes.

INDICADORES DE QUALIDADE

Em 21 de janeiro de 2002, ocorreu o rompimento de um dos quatro subcondutores do sistema de transmissão no trecho de Ilha Solteira - Araraquara, ocasionando um curto-circuito o que levou o Sistema Sudeste a um processo oscilatório, demandando vários outros desligamentos automáticos, caracterizando um sistema de “blecaute” nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A interrupção de carga na área da Eletropaulo foi em média de 3h12m, impactando os indicadores de eficiência – DEC e FEC.

DEC/ FEC/TMA

	1.998	1.999	2.000	2.001	2º Tri 2002 c/efeito do Blecaute	2º Tri 2002 s/efeito do Blecaute	Limite Aneel 2002
DEC	18,21	19,43	11,44	8,99	11,76	8,67	14,77
FEC	10,19	10,9	9,2	7,51	8,53	7,17	9,92
TMA	156	133	86	100	117		166

Quadro de Pessoal

	1.998	1.999	2.000	2º Tri01	2.001	2º Tri02
Pessoal	7.668	6.646	5.851	4.018	3.982	3.919
Vendas Físicas (MWh) mês/ Empregado	387	444	533	753	680	708
Número de clientes / Empregado	574	673	791	1.181	1.192	1.274